

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.658.384 - PR (2020/0018440-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : VALDOMIRO ARAUJO**  
**ADVOGADOS : ELSON SUGIGAN - PR015723N**  
**ELISEU ALVES FORTES - PR027335N**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA**  
**PROCURADOR : PAULA RENATA LOPES - PR047508N**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por VALDOMIRO ARAUJO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO AÇÃO DE COBRANÇA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VIGIA HORAS EXTRAS INÉPCIA DA INICIAL QUESTÃO DECIDIDA EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA NÃO RECORRIDA PRECLUSÃO NÃO CONHECIMENTO CONTESTAÇÃO INTEMPESTIVA REVELIA VERSANDO O LITÍGIO SOBRE DIREITOS INDISPONÍVEIS NÃO HÁ A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE SOBRE AS ALEGAÇÕES DE FATO FORMULADAS PELO AUTOR (ART 34 5 II DO CPC) AUTOR QUE DEIXA DE ESPECIFICAR AS PROVAS NA OPORTUNIDADE CONCEDIDA FALTA DE PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO SENTENÇA REFORMADA EM REMESSA NECESSÁRIA RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESTA PARCELA PREJUDICADO.

Alega violação do art. 302 do CPC/73, no que concerne à necessidade de reconhecimento como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e não impugnados pelo réu, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

DA OFENSA AO ART. 302 DO CPC/1973 - ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA

3. Os integrantes da d. Câmara Cível deram provimento ao Recurso de Apelação interposto pela municipalidade, sob a alegação de que, mesmo sendo REVEL o município, caberia ao recorrente o ônus de comprovar os fatos constitutivos do seu direito, qual seja, a prova da jornada de trabalho realizada. Ocorre, que o julgamento de primeiro grau constatou que houve AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO DOCUMENTO DE MOV. 74.2/74.6, de molde que, a partir do momento que o município deixou transcorrer *in albis* o prazo para a manifestação sobre um

documento que demonstrava que não houve pagamento do labor realizado pelo recorrente, não há porque se premiar o órgão público diante da sua dupla inércia (REVELIA e AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA) (fls. 401).

Como se pode ver, o Juízo de Primeiro Grau deixou claro que havia prova de pagamento de horas extras, MAS, NADA AUTORIZAVA A INTERPRETAÇÃO DE QUE O RECORRENTE HAVIA TRABALHADO EM SOBREJORNADA E NÃO RECEBIDO PELO SOBRELAVOR. Ocorre, que foi oportunizado ao ora Recorrente para que demonstrasse os valores pretendidos, o que foi realizado com a apresentação das planilhas de mov. 74.2/74.6, SENDO OUE O MUNICÍPIO NÃO AS IMPUGNOU, mesmo tendo sido intimado para tanto (fls. 401).

Quando a d. Câmara Cível deu provimento ao recurso de Apelação dizendo que o ora Recorrente não se desincumbiu do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito, IGNORANDO A AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA, houve ofensa ao disposto no art. 302 do Pretérito CPC (que foi utilizado para o julgamento do recurso de Apelação), na medida em que QUANDO O RECORRENTE APRESENTOU OS DEMONSTRATIVOS DE MOV. 74 E A MUNICIPALIDADE NÃO OS IMPUGNOU, PRESUMIU-SE VERDADEIRO OS FATOS NÃO IMPUGNADOS (parte final do art. 302 do CPC/1973) (fls. 402).

Em relação à mesma tese recursal aponta, ainda, divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Quanto à alínea "c", na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio

# *Superior Tribunal de Justiça*

notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente